Reclamação nº 12/2010

A, Limitada, arguida nos autos de processo de instrução nº PCI 073-09-2, no âmbito desses autos interpôs o recurso do despacho proferido pela Mmª JIC *a quo*, a fls. 223 dos autos principais, e subsidiariamente arguiu na mesma petição a nulidade do requerimento apresentado pelo assistente **B** a fls. 239 dos autos principais.

Por duto despacho da Mmª Juiz *a quo*, não foi admitido o recurso com fundamento na extemporaneidade, e indeferiu a arguição da nulidade.

E porque o recurso não lhe tivesse sido admitido, veio formular a presente reclamação nos seguintes termos:

1. A Recorrente, ora Reclamante, não se pode conformar com o despacho proferido pelo Mmo. Juiz de Instrução Criminal de fls. 340 e segts. dos autos, nos termos do qual se entendeu não admitir o recurso por si interposto a fls. 301 e segts., por não se ter alegadamente cumprido o prazo de interposição previsto no art. 401º, nº 1 do Código de Processo Penal,

Pois,

2. Considerou o Mmo. Juiz *a quo* que o recurso interposto do despacho de fls. 223 dos autos, que declarou aberta a instrução requerida pelo Assistente, haveria que ser deduzido no prazo de 10 dias contados desde o dia 19 de Dezembro de 2009, data da notificação à ora Reclamante do mencionado despacho de abertura da instrução,

3. Entendendo no entanto a ora Reclamante não ter o Mmo. Juiz de Instrução Criminal razão nem fundamento legal para a decisão proferida.

Na verdade,

4. A ora Reclamante foi inicialmente notificada do despacho que declarou a abertura da instrução, e do prazo de 5 dias para juntar aos autos certidão da Conservatória do Registo Comercial,

5. Através de notificação expedida do 2º Juízo de Instrução Criminal em 2 de Dezembro de 2009 - **Doc. 1**,

6. Numa fase processual em que ainda mantinha a qualidade de mera Suspeita, e não de Arguida,

7. Qualidade essa de Arguida que só veio a ser declarada posteriormente pelo Mmo. Juiz de Instrução, por despacho proferido em 15 de Dezembro de 2009,

8. E que foi notificado à ora Reclamante através de notificação expedida do 2º Juízo de Instrução Criminal nesse mesmo dia 15 de Dezembro de 2009 - **DOC. 2**,

9. No qual se notificava ainda a ora Reclamante para se pronunciar sobre o pedido de constituição de Assistente, formulado nos autos pelo Queixoso.

Posteriormente,

10. Consultou a Reclamante os autos em 17 de Dezembro de 2009,

11. E veio a apresentar requerimento em 4 de Janeiro de 2010, no qual veio defender que o requerimento para abertura de instrução apresentado pelo Assistente em 9 de Dezembro de 2009 deveria ser rejeitado por extemporâneo - **DOC. 3**,

12. Invocando para isso razões meramente formais, e não se pronunciando sobre o próprio conteúdo do requerimento do Assistente, até porque para tal não havia sido notificada,

13. Sendo depois a Reclamante notificada do despacho de fls. 228 e 288 verso dos autos, que veio a rejeitar os fundamentos por si invocados no sobredito requerimento apresentado em 4 de Janeiro de 2010,

14. Através de notificação expedida do 2º Juízo de Instrução Criminal em 21 de Janeiro de 2010 - **DOC. 4**,

15. No qual se notificava ainda a aqui Reclamante para se pronunciar, no prazo de 10 dias, relativamente ao requerimento de abertura de instrução apresentado pelo Assistente em 9 de Dezembro de 2009, o qual se juntava na mesma notificação.

Ora,

16. Foi do referido despacho de fls. 288 verso dos autos, enviado à Reclamante por carta registada expedida pelo 2º Juízo Criminal em 21 de Janeiro de 2010, que veio esta a reagir,

17. Através de requerimento dado entrada no 2º Juízo Criminal em 4 de Fevereiro de 2010, em que se pronunciava acerca das diligências probatórias requeridas pelo Assistente - **DOC. 5**,

18. E que foi apresentado por telecópia em 3 de Fevereiro de 2010 - **DOC. 6**,

19. E sem embargo, através da interposição de recurso, apresentado por requerimento motivado dado entrada no 2º Juízo Criminal na mesma data de 4 de Fevereiro de 2010 - **DOC. 7**,

20. E que foi apresentado por telecópia em 3 de Fevereiro de 2010 - **DOC. 8**,

21. Recurso esse que foi interposto dentro do prazo de 10 dias, contados da notificação à Reclamante do sobredito despacho proferido a fls. 288 verso dos autos,

22. E por isso dentro do prazo previsto no art. 401º, nº 1 do Código de Processo Penal.

É que,

23. A referida notificação do despacho de fls. 288 verso dos autos,

e o requerimento de abertura de instrução apresentado pelo Assistente e que acompanhou a mesma notificação, **foi o primeiro momento processual em que a aqui Reclamante, na qualidade de Arguida, foi notificada do pedido de abertura de instrução,**

24. Pelo que **só então tinha a aqui Reclamante legitimidade para interpor recurso relativamente à abertura de instrução decidida pelo Mmo. Juiz a quo**, após ter este aceite um requerimento apresentado pelo Assistente de *aperfeiçoamento* do seu requerimento inicial de abertura de instrução.

Ainda,

25. Conforme decorre das Conclusões formuladas pela ora Reclamante no seu recurso, a saber,

- I. Vem o presente recurso interposto do despacho de fls 223 dos autos, o qual veio a declarar aberta a instrução no seguimento do requerimento apresentado pelo assistente **B** de fls 213 e, paralelamente, concedeu a este um prazo de dez dias para que aquele apresentasse a fundamentação à requerida abertura de instrução;
- II. Por expediente notificado a 5/11/2009 o assistente **B**, foi notificado do despacho de arquivamento dos presentes autos (cfr fls. 188 dos autos);
- III. O denunciante **B**, em 13/11/2009, veio a requerer a sua constituição como assistente no processo, data em

que igualmente veio a requerer a consulta dos autos (vide também fls 189 dos autos);

- IV. A sua constituição como assistente foi deferida por despacho proferido a fls 201 dos autos;
- V. Em 16/11/2009, o assistente **B** requereu a passagem de fotocópias de documentos constantes do processo;
- VI. O prazo para o assistente requerer a abertura de instrução terminava a 20/11/2009;
- VII. O assistente requereu a Instrução por requerimento entrado em Tribunal nesse mesmo dia de 20/11/2009 (cfr. fls 213 dos autos);
- VIII. Em tal requerimento, o assistente limitou-se a requerer a abertura de instrução sem apresentar qualquer súmula, de razões de facto e de direito, de discordância relativamente ao arquivamento do processo, em desconformidade com o previsto no n.º 1 do artigo 271.º do Código de Processo Penal;
- IX. O despacho de fls 223 dos autos, ao declarar aberta a instrução, sem que o assistente tenha cumprido o previsto no artigo 271º/1 do CPP deveria, desde logo, ter rejeitado liminarmente o requerimento em crise, pelo que o mesmo é nulo por violação do referido

preceito legal e ainda do n° 2 do mesmo artigo;

- X. No seu requerimento de fls. 213, o assistente alegou tal falta de fundamentação com a complexidade do processo e, bem assim com o facto de se encontrar a aguardar a entrega das sobreditas fotocópias cuja passagem havia sido requerida junto do Juiz *a quo*,

- XI. A alegação quanto à complexidade do processo jamais poderia proceder pois, esta fase de "reabertura" do processo criminal não era, para o assistente, mais dificultoso do que houvera sido quando preparou a sua participação criminal, fase em que, concerteza dispôs de documentos e acesssoria técnica que veio a suportar o conteúdo da sua participação criminal, pelo que a alegada complexidade para o assistente era de todo em todo inexistente, porquanto, talqualmente instruiu a sua participação criminal, também poderia, e deveria, ter instruído o seu requerimento de abertura de instrução;

- XII. Quanto à alegação do assistente de que não dispunha ainda das fotocópias do processo para efeitos de fundamentação do seu requerimento de abertura de instrução, também tal fundamento não poderia proceder, porquanto o assistente efectivamente consultou os autos em data anterior a 16/11/2009 ou nessa mesma data; pelo que não lhe era fundamental o contacto, ou o recebimento de tais fotocópias, para se encontrar habilitado a fundamentar o seu requerimento de abertura de instrução;

XIII. O Meritíssimo Juiz de Instrução Criminal deveria ter indeferido liminarmente o requerido pelo assistente, sendo assim o despacho de fls 223 igualmente nulo por violação da lei, designadamente, dos artigos 271 n.º 1 e n.º 2 *in fine* e 107.º do CPP;

XIV. O assistente não alegou qualquer justo impedimento, que poderia eventualmente justificar nos termos legais o incumprimento do disposto no artigo 271º/1 do CPP;

XV. O assistente requereu ainda a concessão de um prazo de dez dias para vir aos autos juntar a fundamentação da instrução requerida a 20/11/2009 (vide fls 213 e ss dos autos);

XVI. o alegado pelo assistente para requerer a prorrogação não merecia ter tido igualmente acolhimento pelo Meritíssimo Juiz de Instrução, porquanto o prazo previsto no n.º 2 do art. 270º do CPP é um prazo peremptório e, por isso não admite qualquer extensão ou prorrogação:

XVII. O Meritíssimo Juiz está vinculado a verificar o cumprimento do aludido prazo de 15 dias, previsto legalmente para a entrada em Juízo do requerimento de abertura de instrução, não lhe sendo concedido nesta matéria qualquer poder discricionário, não podendo por isso proferir despacho a convidar o

assistente a "*aperfeiçoar*" o seu requerimento de abertura de instrução,

XVIII. Pelo que o despacho de fls 223 é também por essa razão e com esse fundamento nulo, por violação do disposto nos artigos 270º/2 e 271º/2 *in fine* do CPP.

Sem conceder, para o caso de ser considerado legal o despacho de fls 223

XIX. É flagrante e notório que o requerimento do assistente de fls 239 dos autos não observou igualmente o disposto no n.º 1 do art.º 271º do Código Processo Penal, já que não estão alegados os factos integradores dos elementos objectivos e subjectivos do crime que pretende imputar à arguida, ilícito que nem sequer refere nem indica a respectiva disposição legal;

XX. O assistente não indica, de todo em todo, "*em súmula, as razões, de facto e de direito, de discordância relativamente à acusação ou não acusação, bem como, sempre que disso for caso, a indicação dos actos de instrução que o requerente desejaria que o juiz levasse a cabo, dos meios de prova que não tenham sido considerados no inquérito e dos factos que, através de uns e outros, se espera prova.*" previsto no n.º 1 do artigo 271º do CPP;

XXI. O requerimento do assistente de fls 239 não obedece aos mais elementares princípios do processo penal ao não configurar, como devia, uma acusação;

XXII. O requerimento de fls 239 limita-se a alegar factos já constantes do processo e, não impugna os factos alegados pelo Ministério Público e que determinaram o arquivamento do processo;

XXIII. Pelo que a falta de descrição no requerimento de fls 239 do assistente dos factos que fundamentam a aplicação à arguida de uma pena ou de uma medida de segurança constitui ao mesmo tempo nulidade por falta de cumprimento do já citado art.º 271º n.º 2, e causa de rejeição do requerimento de instrução nos termos do artigo 271.º/2 *in fine*;

XXIV. Deverá por isso ser proferido Doute Acórdão por esse Venerando Tribunal que declare nulo o despacho de fls 223 proferido pelo Juiz *a quo* e, em conformidade, indefira o requerimento de abertura de instrução de fls 213 e determine o arquivamento dos presentes autos;

XXV. Caso assim não se entenda, o que não se concede, deverá ser proferido Doute Acórdão que declare nulo o requerimento do assistente, por falta de descrição no mesmo dos factos que fundamentam a aplicação à arguida de uma pena ou de uma medida de segurança por incumprimento do previsto no art.º 271º n.º 1,

sendo causa de rejeição do requerimento de instrução nos termos do artigo 271.º/2 *in fine* ambos do CPP, e em consequência determinar-se o arquivamento dos autos.

26. O objecto do recurso interposto pela aqui Reclamante respeitava ao facto de o Assistente ter requerido a Instrução por requerimento dado entrada sem apresentar qualquer súmula, de razões de facto e de direito, de discordância relativamente ao arquivamento do processo, em desconformidade com o previsto no n.º 1 do artigo 271.º do Código de Processo Penal, pugnando-se por isso no sentido de o despacho de fls. 223 dos autos, ao declarar aberta a instrução, sem que o Assistente tenha cumprido o previsto no artigo 271.º, n.º 1 do CPP, ser declarado nulo por violação do referido preceito legal e ainda do n.º 2 do mesmo artigo, já que deveria o mesmo, desde logo, ter rejeitado liminarmente o requerimento em crise,

27. Mas também tinha o recurso da aqui Reclamante como objecto o facto de o requerimento do Assistente de fls. 239 dos autos (o requerimento de *aperfeiçoamento*) não ter observado igualmente o disposto no n.º 1 do art. 271.º do Código Processo Penal, já que não se encontram aí alegados os factos integradores dos elementos objectivos e subjectivos do crime que pretende imputar à Arguida, ilícito que nem sequer refere nem indica a respectiva disposição legal, pelo que se pugnava igualmente para que se considerasse que a falta de descrição, no requerimento de fls. 239 do Assistente, dos factos que fundamentam a aplicação à Arguida de uma pena ou de uma medida de segurança constituir ao mesmo tempo nulidade por falta de cumprimento do art. 271.º, n.º 2 do Código de Processo Penal, e causa de rejeição do requerimento de instrução nos termos do art. 271.º, n.º 2 *in fine* do mesmo diploma legal,

Ou seja,

28. Colocava-se em crise o despacho proferido a fls. 223 dos autos pelo Mmo. Juiz de Instrução Criminal, em que determinou a abertura da Instrução, **mas também por referência ao próprio conteúdo do requerimento de aperfeiçoamento apresentado pelo Assistente**, e na sequência da respectiva notificação judicial à aqui Reclamante, **momento em que a agora Arguida poderia então reagir**, o que fez interpondo o competente recurso.

29. E por isso a interposição do recurso em causa pela aqui Reclamante deverá ser considerada tempestiva, o que se espera seja declarado por V.Exa., Venerando Juiz Presidente do Tribunal de Segunda Instância, proferindo doutra decisão em que admita o recurso.

Termos em que,

Requer seja admitida a presente reclamação para o Venerando Juiz Presidente do Tribunal de Segunda Instância, relativamente ao despacho proferido pelo Mmo. Juiz de Instrução Criminal de fls. 340 e segts. dos autos, nos termos do qual se entendeu não admitir o recurso interposto pela Reclamante a fls. 301 e segts., e seja consequentemente admitido o mesmo recurso para esse Venerando Tribunal de Segunda Instância, pelos fundamentos constantes da presente reclamação, para o que requer o douto suprimento de V.Exa. e seguindo-se os demais termos legais até final.

Assim se fazendo

JUSTIÇA

Passemos pois a apreciar a reclamação.

Resultam assentes dos autos os seguintes elementos fácticos com pertinência para a boa decisão da presente reclamação.

- No âmbito do inquérito registado sob o nº 5525/2009, **B** foi notificado do despacho de arquivamento do inquérito;
- **B** pediu em 16NOV2009 ao Ministério Público a passagem da certidão da parte dos elementos constantes dos autos de inquérito;
- **B** requereu a sua constituição como assistente e por despacho da Mm^a Juiz de Instrução Criminal proferido em 20NOV2009, **B** foi constituído assistente – cf. fls. 201 dos autos principais;
- Mediante o requerimento datado de 20NOV2009, o assistente **B** requereu a abertura da instrução, tendo solicitado que lhe fosse concedida a prorrogação do prazo de modo a poder apresentar as alegações de facto e de direito e indicar os meios de prova, no prazo de 10 dias a contar do recebimento da acima referida certidão a passar pelo Ministério Público;
- Por despacho da Mm^a JIC, proferido em 02DEZ2009 a fls. 223 dos autos principais, foi declarada a abertura de instrução e deferido o pedido, formulado pelo assistente **B** no requerimento da abertura da instrução, da junção tardia das alegações de facto e de direito e a indicação dos meios de prova, tendo-lhe fixado para o efeito a data-limite em 07DEZ2009;
- Na mesma data, foi também ordenada a junção por **A** Limitada da certidão do seu registo comercial;
- Por carta registada expedida em 02DEZ2009 ao seu Mandatário, foi a **A** Limitada notificada do despacho da Mm^a JIC de 02DEZ2009 a fls. 223 dos autos principais, na parte que diz respeito à declaração da abertura da instrução e à ordem

- da junção da certidão do registo comercial;
- O assistente apresentou, em 07DEZ2009, por fax, a peça processual constante das fls. 239 e s.s. dos autos principais, em cumprimento do disposto no artº 271º/1 e 272º do CPP, conforme o ordenado pelo despacho do Mmª JIC de 02DEZ2009 a fls. 223 dos autos principais, tendo a junção dessa peça sido posteriormente notificada à arguida por carta expedida em 22JAN2010 – cf. fls. 288v dos autos principais;
 - Por despacho da Mmª JIC de 15DEZ2009, foi ordenada a notificação da **A** Limitada para se pronunciar sobre o despacho a fls. 201 dos autos principais (que decidiu a constituição de **B** como assistente), por entender que a **A** Limitada assume a qualidade de arguida, por força do disposto no artº 3º/1 da Lei nº 6/96/M de 15JUL, ex vi do artº 298º do Regime Jurídico das Propriedades Industriais, aprovado pelo D.L. nº 97/99/M;
 - Notificação essa foi feita por carta expedida em 16DEZ2009 na pessoa do Ilustre Mandatário da **A** Limitada;
 - Em 17DEZ2009, o Mandatário da **A** Limitada consultou o processo;
 - Por requerimento datado de 04JAN2010, a arguida **A** Limitada veio pedir à Mmª JIC que fosse proferido despacho a determinar a rejeição do requerimento da instrução apresentado pelo assistente, com a consequente decisão de arquivamento dos autos, com fundamento de que **só veio a dar entrada em juízo ao mencionado requerimento no dia 9 de Dezembro de 2009, somente dois dias após o término do prazo concedido para o efeito pelo Mmº Juiz** – cf. fls. 282 dos autos principais;
 - Por despacho da Mmª JIC de 20JAN2010, foi indeferido esse requerimento com fundamento na tempestividade da junção pelo assistente da peça processual em cumprimento do ordenado no despacho a fls. 223, por a peça ter sido remetida por fax ao tribunal em 07DEZ2009 e entregue na secretaria no

dia útil seguinte, tendo considerado devidamente completado o requerimento para a abertura de instrução;

- Despacho esse que foi por carta registada expedida em 22JAN2010 notificado à arguida;
- Mediante o requerimento enviado por fax em 03FEV2010 à Mm^a JIC e dirigido ao Tribunal de Segunda Instância, ora constante das fls. 301 e s.s. dos autos principais, a arguida **A** Limitada interpôs recurso do despacho a fls. 223 dos autos principais, e tendo subsidiariamente suscitado a questão da nulidade do requerimento a fls. 239, com fundamento na **falta de descrição nesse requerimento dos factos que fundamentam a aplicação à arguida e uma pena ou de uma medida de segurança**;
- Por despacho da Mm^a JIC de 01MAR2010, a Mm^a JIC não admitiu esse recurso que tem por objecto o despacho a fls. 223 com fundamento na extemporaneidade e convolou o pedido subsidiário que se prende com a alegada nulidade do requerimento do assistente a fls. 239 e s.s. para a arguição da irregularidade, tendo-a indeferido com fundamento na extemporaneidade; e
- Notificada e inconformada com a decisão que não admitiu o recurso, veio a arguida **A** Limitada formular a presente reclamação.

Com esses elementos já estamos em condições para apreciar da bondade do despacho que não admitiu o recurso.

Tal como destacámos *supra*, no requerimento de 03FEV2010, para além de interpor recurso do despacho a fls. 223 dos autos principais, a arguida ora reclamante suscitou subsidiariamente a questão que se prendeu com a alegada nulidade do requerimento do assistente a fls. 239.

Em face desse petitório no seu todo, após a prolação do despacho que não admitiu o recurso com fundamento na extemporaneidade, a Mm^a JIC convolou a questão subsidiariamente suscitada para a arguição da nulidade e acabou por a indeferir com fundamento na extemporaneidade.

Perante isto, a arguida ora reclamante limitou-se a reclamar da decisão que não admitiu o recurso, sem que todavia tenha reagido contra a decisão da Mm^a JIC que indeferiu a arguição da nulidade.

Não tendo sido objecto da impugnação por via de recurso, a decisão proferida pela Mm^a JIC em relação à alegada nulidade do requerimento a fls. 239 constituiu já caso julgado formal, insusceptível de ser abalada por qualquer via ordinária de impugnação.

Assim, constitui o objecto da presente reclamação tão só a decisão que não admitiu o recurso interposto pela arguida **A** Limitada do despacho a fls. 223.

In casu, foi com fundamento na extemporaneidade que a Mm^a JIC não admitiu o recurso.

Para ajuizar a bondade dessa decisão da Mm^a JIC que não admitiu o recurso, importa apurar o *terminus a quo* do prazo para a interposição do recurso.

Conforme se vê nas fls. 223, além da decisão de que a ora reclamante pretende recorrer, foram aí proferidas ainda outras duas decisões: a decisão que declarou a abertura da instrução requerida pelo assistente **B** e a decisão que ordenou que a **A** Limitada juntasse aos autos a certidão do seu registo comercial.

A decisão incorporada no despacho a fls. 223, de que a arguida ora reclamante pretende interpor recurso, foi deferir, a requerimento do assistente, a apresentação tardia das alegações de facto e de direito e a indicação tardia dos meios de prova, com vista à satisfação dos requisitos previstos no artº 271º/1 do CPP, tendo-lhe para o efeito concedido a prorrogação do prazo até ao dia 07DEZ2009.

Como a presente reclamação não é sede própria para apreciar da a bondade dessa decisão a fls. 223, mas sim somente a bondade do despacho que não admitiu o recurso dela interposto pela ora reclamante em 03JAN2010, a legalidade dessa decisão não será objecto da nossa apreciação aqui na sede de reclamação.

Na verdade, o despacho a fls. 223 não foi levado ao conhecimento da ora reclamante **A** Limitada, através da notificação que lhe foi feita mediante a carta expedida em 02DEZ2009, conforme se vê no doc. 1 que se juntou com o requerimento da reclamação – cf. fls. 16 dos p. autos.

Razão pela qual é compreensível que a ora reclamante **A** Limitada não podia reagir atempadamente essa decisão que concedeu a prorrogação do prazo, muito embora, nessa altura, ela já estivesse a assumir *ope legis* a qualidade de arguida, por força do disposto no artº 46º/1 do CPP, dado que contra ela foi requerida a abertura da instrução.

Se é certo que só mais tarde a ora reclamante foi notificada de que já tinha assumido a qualidade da arguida, não é menos verdade que tendo sido a pessoa visada na denúncia que deu origem ao inquérito e depois notificada no âmbito do inquérito pelo Ministério Público para se defender acerca dos factos que lhe foram imputados e estando *ab initio* técnico-juridicamente patrocinada

por advogados (cf. fls. 76 e 81 dos autos principais), a ora reclamante não poderia ignorar legitimamente qual seria a consequência legal que lhe poderia advir do requerimento para a abertura da instrução deduzido na sequência do arquivamento do mesmo inquérito, face ao disposto no artº 46º/1 do CPP.

Assim, quando em 17DEZ2009 o Ilustre Mandatário da **A** Limitada se deslocou ao tribunal e ali consultou o processo, este não pode deixar de conhecer, a partir dessa data, o conteúdo do processo, nomeadamente a sua qualidade da arguida e a decisão da prorrogação consubstanciada no despacho a fls.223 dos autos principais, de que pretende recorrer.

É verdade que esse parte do despacho nunca foi formalmente notificada à ora reclamante.

Nos termos do disposto no artº 105º do CPP, a violação ou a inobservância das disposições da lei processual só determina a nulidade do acto quando esta for expressamente cominada na lei, não sendo como tal cominada, a violação ou a inobservância constitui irregularidade processual, ficando sujeita ao regime específico previsto no artº 110º do CPP.

In casu, está em causa a falta da notificação à arguida de um despacho que, a requerimento do assistente, lhe concedeu a dilatação do prazo para a prática de um acto processual, ou estamos perante a violação do princípio geral do contraditório,

Não se afigurando cominada como nulidade, essa falta ou violação integra no elenco das irregularidades processuais previstas no artº 110º do CPP, que carecem de ser arguidas tempestivamente, sob pena de se tornarem sanadas.

Compulsando os autos, verifica-se que a ora reclamante, após a consulta dos autos através do seu Ilustre Mandatário, não reagiu contra essa irregularidade decorrente da falta da notificação, que pela evidência das coisas, não pode deixar de ser detectada aquando da consulta do processo pelo seu Ilustre Mandatário.

Antes pelo contrário aproveitou-se do conhecimento do teor desse despacho para, perante a Mm^a JIC *a quo*, mediante o requerimento datado de 04JAN2010, ora constante das fls. 281 e s.s., suscitar tão somente a extemporaneidade do requerimento apresentado pelo assistente a fls. 239 e s.s. dos autos principais.

Para o efeito invocou que o requerimento do assistente ***só veio a dar entrada em juízo ao mencionado requerimento no dia 9 de Dezembro de 2009, somente dois dias após o término do prazo concedido para o efeito pelo Mm^o Juiz*** – vide fls. 282 dos autos principais.

A própria redacção do invocado no requerimento já é bem reveladora do efectivo conhecimento, na sequência da consulta do processo, por parte da arguida **A** Limitada, do conteúdo da decisão consubstanciada no despacho a fls. 223, de que pretende recorrer.

Pois, de outro modo, a arguida não poderia saber que foi, pelo despacho a fls. 223 de que pretende recorrer, dilatado o prazo para o dia 07DEZ2009, nem conseqüentemente estaria em condições para dizer ser extemporâneo o requerimento do assistente que deu entrada no dia 09DEZ2009.

Creemos assim que a ora reclamante sabia certamente que ao assistente já foi antes concedida por despacho a fls. 223 a prorrogação do prazo para aperfeiçoar o requerimento para a abertura da instrução.

Se não se conformasse com a concedida prorrogação do prazo ao assistente, a arguida poderia e deveria ter reagido, no prazo legal de 10 dias, por via de recurso, contra esse despacho a fls. 223.

Todavia, limitou-se a suscitar, perante a Mm^a JIC, dentro desse prazo, a extemporaneidade do requerimento do assistente, com fundamento de que o requerimento do assistente deu entrada no Tribunal somente dois dias após o *terminus* do prazo concedido para o efeito por despacho judicial a fls. 223, sem que tenha manifestado qualquer discordância quanto à decisão que concedeu a prorrogação do prazo.

Ora, a notificação de um despacho judicial ou da prática de um acto processual por outros sujeitos processuais visa possibilitar o exercício do contraditório, a impugnação do despacho judicial por via de recurso e/ou a arguição de nulidade processual, pelos sujeitos que o despacho ou o acto processual pode afectar.

Ao suscitar a extemporaneidade do requerimento do assistente, a arguida ora reclamante estava a aproveitar-se do seu efectivo conhecimento do teor do despacho a fls. 223, conhecimento esse que visa a notificação, que ora se omitiu.

Conduta essa da arguida, juntamente com a não arguição atempada da irregularidade decorrente da falta da notificação da parte do despacho a fls. 223, já fez sanar a irregularidade por força do disposto nos art^{os} 108^o/1-c), *a fortiori*, e art^o 110^o/1, todos do CPP.

Globalmente interpretadas essas vicissitudes, somos levados a concluir ser solução mais razoável que o *terminus a quo* do prazo legal de 10 dias para interpor recurso ordinário do despacho a fls.

223 deve ser o dia seguinte ao dia 17DEZ2009, em que a ora reclamante consultou o processo e tomou realmente conhecimento do teor desse despacho.

Não tendo sido interposto dentro desse prazo assim temporalmente delimitado, mas sim só em 03FEV2010, o recurso é intempestivo e conseqüentemente não deve ser admitido.

Ex abundantia, não é de acolher a tese preconizada pela ora reclamante nos pontos 10 a 21 do requerimento da reclamação.

Segundo a qual, o *terminus a quo* do prazo para a interposição do recurso foi a data da notificação por carta expedida em 21JAN2010 à ora reclamante do despacho proferido a fls. 288v dos autos principais.

A aceitar essa tese, por razões que vimos *supra* e pelas que se seguem *infra*, estaríamos a tolerar conduta abusiva de direito processual.

Como se sabe no direito civil, existe abuso de direito *quando o titular exceda manifestamente os limites impostos pela boa fé, pelos bons costumes ou pelo fim social ou económico desse direito* – artº 326º do CC.

Quando o exercício desse direito subjectivo por esse sujeito exorbita dos fins próprios desse mesmo direito ou das razões justificativas da atribuição desse direito, ou está fora do normal contexto em que deve ser exercido, estamos perante abuso de direito, desde que seja reprovável a exorbitação, face aos limites impostos pela boa fé, pelos bons costumes e pelo fim social ou económico desse direito.

Não parece haver razões que obstam a aplicação *mutatis mutantis* dessa doutrina do direito civil aos direitos processuais no âmbito de um processo judicial.

Assim, atendendo ao fim da notificação de acto processual, será abusiva a invocação da falta da notificação formal de uma decisão judicial quando na realidade o sujeito processual já tiver tomado conhecimento do teor dessa decisão por via da consulta do processo.

In casu, conforme foi demonstrado *supra*, a arguida tinha já efectivo conhecimento do teor da parte do despacho a fls. 223, de que pretende recorrer, na sequência da consulta do processo.

Apesar disso, não reagiu por via de recurso contra essa parte do despacho que a poderia afectar, no prazo de 10 dias contados a partir do seu efectivo conhecimento em 17DEZ2009 (data em que consultou o processo), veio agora, em 03FEV2010, dizer que só tomou conhecimento dessa parte do despacho a fls. 223 com a notificação do despacho a fls. 288v. que lhe foi enviada por carta registada expedida em 21JAN2010.

Como salientámos *supra*, a notificação visa levar ao conhecimento dos sujeitos processuais uma decisão judicial e/ou a prática de um acto processual, a fim de lhes assegurar a possibilidade da impugnação por via idónea e o exercício do contraditório.

Se o sujeito processual tiver efectivamente conhecimento de uma decisão judicial, de que embora não tivesse sido formalmente notificado, mas não tiver reagido logo e só vier a suscitar a falta da notificação para reafirmar o seu direito de recorrer, num momento posterior que lhe é mais oportuno e conveniente, certamente os motivos ou objectivos subjacentes a essa pretensão, quaisquer

que sejam, não merecem a tutela que a lei visa garantir ao estabelecer o regime das notificações e fixar prazo peremptório para a interposição do recurso ordinário.

No fundo o que a arguida pretende alcançar com a sua tese é procurar fazer renascer um direito processual já há muito caducado pelo seu não exercício tempestivo.

Naturalmente fazer renascer um direito processual já caducado é algo diverso do que a lei visa proteger ao estatuir as regras sobre notificações e estabelecer o prazo peremptório para a interposição do recurso ordinário.

A não entender assim, para além de estarmos a tolerar o exercício abusivo do direito processual, contrário à boa fé processual e ofensivo ao princípio da estabilidade processual, estaríamos ainda a premiar o sujeito processual pelo seu absentismo da reacção tempestiva contra ilegalidade processual entretanto verificada, permitindo-lhe aguardar essa “arma secreta” para usar quando lhe convier, em flagrante atropelo à imprescindível tutela da confiança na estabilidade processual e na força do caso julgado formal, confiança essa que sairia irremediavelmente abalada quando um sujeito processual fosse autorizado a conservar injustificadamente o direito da impugnação de uma ilegalidade processual e a exercitá-lo somente num momento posterior que considera o mais oportuno ou lhe mais convém.

Há que pois julgar abusivo o pretendido exercício em 03FEV2010 da faculdade de recorrer do despacho a fls. 223, formalmente não notificado embora, uma vez que a arguida teve já conhecimento efectivo do inteiro teor desse despacho em 07DEZ2009 e de que nessa altura já poderia e deveria impugná-lo por via de recurso.

Assim, cremos ser mais do que suficientes as razões que vimos para decidir a presente reclamação.

Nestes termos, indefiro a reclamação confirmando a não admissão do recurso interposto mediante o requerimento datado de 03FEV2010, a fls. 301 e s.s. dos autos principais, fixando em 6 UC a taxa de justiça a suportar pela reclamante.

Custas pela reclamante.

Cumpra o disposto no artº 597º/4 do CPC, *ex vi* do artº 4º do CPP.

RAEM, 18MAIO2010

O presidente do TSI

Lai Kin Hong